
AS ESCRITAS DE SI E A EMERGÊNCIA DA AUTOFICÇÃO: UM CAMPO DE INDEFINIÇÕES

Ana Cláudia de Oliveira da Silva¹

Resumo: As escritas de si compreendem um campo conceitual amplo, nem sempre claramente demarcado. Indefinição que faz com que uma variedade de termos teóricos sejam utilizados, muitas vezes como sinônimos. Profusão de nomes que atesta de antemão a dificuldade em delinear como também em delimitar um campo tão heterogêneo. E se aplica igualmente à própria tentativa de esclarecer suas origens, isto é, sua relação com o individualismo moderno. Nesse sentido, torna-se imprescindível, antes de pensarmos sobre as escritas de si na literatura contemporânea, refletir sobre a categoria individualidade e sua aceitação incontestada, como se ela fosse atemporal e compreensível por si mesma. Percurso analítico que permitirá vislumbrar a autoficção não como "uma variante pós-moderna da autobiografia", mas como uma forma de escrita que rompe com esse modelo narrativo ao colocar em evidência uma série de questionamentos e dúvidas que permeiam o homem contemporâneo, principalmente desde a segunda metade do século XX.

Palavras-chave: Escritas de si. Individualidade. Autobiografia. Autoficção.

Abstract: The writings about himself comprehend a large conceptual area, not always clearly delimited. Identification that makes possible the usage of a variety of theoretical terminologies, many times as synonym. Profusion of names that certify with anticipation the difficulty to outline, such as to delimitated an area so heterogenic. And it is equivalent in relation to the try of make clear its origins, that is, its relation to modern individualism. In this sens, became essential, before we think about the writings of himself on the contemporary literature, reflect about the individuality category and its unconscious acceptance, as it was atemporal and comprehensible by itself. Analytic route that allow to glimpse the fiction of himself not as "a post-modern variation of autobiography", but as an way of writing that breaks with this narrative model when it put in evidence a serial of questions and doubts that permate the contemporary man mainly since the second half of the century XX.

Keywords: Writings of himself, Individuality, Autobiography, selffiction.

¹Doutoranda em Estudos Literários pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sob orientação do Prof. Dr. Pedro Brum Santos, e Professora de Língua Portuguesa e Literatura no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* São Vicente do Sul. E-mail: clauoli13@gmail.com

1. Introdução

“Desde que o Ocidente converteu a individualidade em valor, a impaciência de viver se desdobrou na impaciência de contar” (COSTA LIMA, 1986, p.243).

As escritas de si compreendem um campo conceitual amplo, nem sempre claramente demarcado. Indefinição que faz com que uma variedade de termos teóricos sejam utilizados, muitas vezes como sinônimos: narrativas do eu, narrativas do self, literaturas íntimas, (auto)biografias, memórias, histórias de vida, autoficções, autonarrações, biografemas, dentre outros.

Profusão de nomes que atesta de antemão a dificuldade em delinear como também em delimitar um campo tão heterogêneo. E se aplica igualmente à própria tentativa de esclarecer seu processo de constituição, uma vez que tais formas de escrita podem remontar, de acordo com alguns teóricos, desde a Antiguidade (Michel Foucault) até o período da Ilustração (Philippe Lejeune), sem nos esquecermos do papel, nesse processo, da religião (Georges Gusdorf).

Para Luiz Costa Lima, em seu conhecido texto *Júbilos e misérias do pequeno eu* (1986), tal dificuldade provém da falta de reflexão acerca da categoria individualidade e sua aceitação incontestada, como se ela fosse atemporal e compreensível por si mesma. Para o crítico, tanto o indivíduo quanto a própria ideia de literatura não são dados naturais, portanto precisam ser questionados.

Assim, antes de adentrarmos no objeto mesmo de nossa reflexão, as escritas autoficcionais na contemporaneidade, é necessário problematizar a concepção de individualidade e sua relação intrínseca com o projeto moderno e com modelo autobiográfico tradicional.

2. As escritas de si e as origens da individualidade moderna

Michel Foucault (2004) retorna até a Antiguidade Greco-romana para pensar a constituição do “eu” na escrita. Para o autor, nesse período, tal constituição se dá a partir de duas formas: os *hupomnêmata* e as correspondências. Os primeiros eram pequenas cadernetas em que se anotavam citações de obras, reflexões e

pensamentos para leitura posterior e conseqüente meditação. Seu intuito não consistia em revelar o íntimo do ser, mas recolher, de forma fragmentária, uma gama de discursos pertencentes à tradição. Na sua visão, essa etapa é importante no processo de subjetivação do discurso, mesmo que tais “livros de vida” e/ou “guias de conduta”, ao se apoiarem em um já-dito fragmentário e escolhido, não possam ser considerados como constitutivos de uma narrativa de si *ipsis litteris*.

As correspondências, em contrapartida, compõem uma forma de exercício pessoal para a escrita de si em que é necessário expor-se ao outro. As cartas agem, assim, tanto sobre o remetente que as envia quanto sobre o destinatário que as recebe e lê, sendo mais do que um treinamento de si pela escrita, como os *hupomnêmata*, mas uma forma de se manifestar e se abrir ao escrutínio do outro na mesma proporção que lhe lança um olhar particular: “face a face”. Tarefa que faz com o indivíduo compare suas ações cotidianas com as regras de uma técnica de vida, que pressupõe, em última instância, uma ética.

Portanto, para Michel Foucault a escrita de si insere-se em uma prática e em uma atitude de cuidado consigo mesmo, ou seja, consiste em um artifício pessoal de autoexame dos pensamentos e atos cotidianos. Por essa razão, os primeiros registros históricos dessa forma de narrativa encontram-se mais ao lado das correspondências e da prática da ascese (anotação escrita dos pensamentos e ações como forma de autocontrole do corpo e do espírito), do que das cadernetas pessoais, cuja função é recolher o discurso de *outrem*.

Constatação que permite dizer que o eixo fundamental desse tipo de escrita encontra-se no exercício do homem em constituir-se enquanto “mestre de si”, tomando-se como objeto de conhecimento e alvo de transformações, mas sem atribuir um valor absoluto ao indivíduo. Inclusive, para o pensador francês nem ao menos se pode falar em uma teoria do sujeito para os gregos, porque não há naquele período nenhum mecanismo de subjetivação que elabore para o homem da Antiguidade uma identidade reconhecida por ele como própria, isto é, diferente daquela admitida por certa moldura social: a identidade de cidadão, homem público. Logo, a experiência proporcionada pela escrita de si na Antiguidade pertence ao domínio exclusivo da ética, diferindo, nestes termos, do desejo que o indivíduo – em conflito com o mundo e, portanto, desorientado e isolado – procura nas escritas de si, na época moderna.

No outro extremo, a maior parte da crítica relaciona o surgimento das escritas de si à noção moderna de indivíduo e de individualismo legado pelo Iluminismo e ratificado pela Declaração dos Direitos dos Homens e Cidadãos, de 1789. Documento que distingue o indivíduo da comunidade ao elevá-lo como ponto alto das preocupações da Lei. Dessa forma, se na Idade Média o Papa era o detentor máximo do poder tanto espiritual quanto temporal e se no Renascimento o homem – mesmo ocupando a posição antes conferida a Deus como centro do universo – conheceu o poder do Absolutismo político; no Estado Moderno tem-se o nascimento do indivíduo, agora transformado em cidadão autônomo, autossuficiente e independente.² Portanto, esse tipo de literatura, que possui como centro a expressão da intimidade de um sujeito, seria uma produção típica da modernidade. Sendo, a subjetividade, juntamente com o racionalismo, um dos princípios dos tempos modernos.

Em decorrência disso, não se poderia falar em autobiografia nem na Antiguidade nem na Idade Média, embora existam exemplares de escritas pertencentes à categoria do eu nesses períodos. Conforme afirma Costa Lima: “[...] mesmo se se admite a existência de algo semelhante ao gênero na Antiguidade, ele, entretanto, respondia a traços que nada têm em comum com os vigentes nos tempos modernos” (1986, p.251). Isso ocorre porque, naquele período, a vida individual só adquiria sentido quando em sintonia com o modelo em vigor na comunidade, não possuindo interesse público fora desse contexto. Comportamento típico de sociedades de base comunitária, cujas regras estão alinhadas com a tradição e com a coletividade, sendo a afirmação de um eu, estranho a esses valores, inimaginável. Igualmente, na Idade Média, seria impensável o “eu” como centro da vida interior, visto que o indivíduo não é percebido em suas dimensões psicológicas. Falta nessa época, segundo o crítico, a interação mútua entre homem

² Embora admita que as condições efetivas para o aparecimento de uma literatura do eu surgiram apenas a partir do Renascimento, pois progressivamente a vida em comunidade dissolveu-se e o homem encontrou-se perante si mesmo, Costa Lima (1986) defende que o homem renascentista não pertence à categoria do indivíduo moderno. Isso porque, mesmo que o homem possa nesse período, devido a secularização do conhecimento e da experiência de vida, escolher sua forma de conduta, ele permanece “heterodirigido”, ou seja, seu livre-arbítrio é limitado pela vontade dos poderosos. Com base nisso, o crítico reconhece a presença da autobiografia na época do Renascimento, “desde que se tenha o cuidado de previamente notar que o indivíduo referido não partilha do que entendemos por experiência da individualidade, não porque não a tenha, mas simplesmente por obedecer a outros parâmetros” (p.296).

e mundo, traço peculiar do relato autobiográfico, bem como a própria ideia de sujeito é suplantada por um modelo de conduta geral e, por isso, impessoal.

Nessa perspectiva, para narrar a própria vida, antes é preciso ter consciência da singularidade de sua existência, de seu caráter “único” e irrepetível, fato que supõe certo grau de individualismo. Da mesma forma, também é necessário que essa singularidade exemplar possa interessar a outrem, o qual buscaria na leitura de uma outra existência a “totalidade extensiva da [própria] vida” (LUKÁCS, 2009), isto é, o seu sentido. Assim, ao contar sua vida, o sujeito autobiográfico confere a sua imagem um relevo especial e independente com relação ao entorno, uma vez que se contempla pessoalmente e se coloca no lugar de ser contemplado pelos demais.

Segundo Philippe Lejeune (1971), esse interesse tem seu início na Inglaterra do século XVIII, quando surge a necessidade de criar uma nova palavra, autobiografia, para definir algumas manifestações de escrita de si que o termo existente, memórias, não daria mais conta. Portanto, para o autor, o surgimento da autobiografia, enquanto modalidade de escrita e leitura pode ser considerado como “um dos sinais da transformação da noção de pessoa e está intimamente ligado ao começo da civilização industrial e à chegada da burguesia ao poder”(p.10).³

Em contraposição ao argumento de Lejeune, Georges Gusdorf (1991) afirma que a formulação de uma nova palavra pela crítica somente destaca o auge de um processo que vem se desenvolvendo há algum tempo. Ele parte da análise de textos religiosos e das transformações que sofreram ao longo das épocas e afirma que tal interesse pela imagem refletida no espelho da escrita não existe desde sempre, nem se desenvolve em todas as partes do mundo da mesma forma, pois está intimamente relacionado à expansão do cristianismo no interior da cultura ocidental:

[...] se trata de un fenómeno tardío en la cultura occidental, y que tiene lugar en el momento en que la aportación cristiana se injerta en las tradiciones clásicas. Por otra parte, no parece que la autobiografía se haya manifestado jamás fuera de nuestra atmósfera cultural; se diría que manifiesta una preocupación particular del hombre occidental, preocupación que ha llevado consigo en su conquista paulatina del mundo y que ha comunicado a los hombres de otras civilizaciones [...] (GUSDORF, 1991, p.09-10).

³ Tradução nossa. No original: “*l’um des signes de la transformation de la notion de perenne, et est intimement lié au début de la civilisation industrielle et à l’arrivée au pouvoir de la bourgeoisie*”.

Logo, o ato de voltar-se para o passado e contar sua própria vida por meio da escrita não é uma preocupação natural, tampouco uma exigência universal. Sendo assim, Gusdorf assinala que, embora esteja claro que a autobiografia não pode ocorrer em um meio cultural em que a consciência de si não seja uma realidade, a existência mesma do gênero depende do atendimento de determinados pressupostos metafísicos:

Resulta necesario, en primer lugar, que la humanidad haya salido, al precio de una revolución cultural, del cuadro mítico de las sabidurías tradicionales, para entrar en el reino peligroso de la historia. El hombre que se toma el trabajo de contar su vida sabe que el presente difiere del pasado y que no se repetirá en el futuro; se ha hecho sensible a las diferencias más que a las similitudes; en su renovación constante, en la incertidumbre de los acontecimientos y de los hombres, cree que resulta útil y valioso fijar su propia imagen, ya que, de otra manera, desaparecerá como todo lo demás de este mundo. La historia quiere ser la memoria de una humanidad que marcha hacia destinos imprevisibles; lucha contra la descomposición de las formas y de los seres. Cada hombre es importante para el mundo, cada vida y cada muerte; el testimonio que cada uno da de sí mismo enriquece el patrimonio común de la cultura. (GUSDORF, 1991, p. 10).

Nesse processo, o homem comum ascende ao palco do mundo ao lado do personagem histórico, cuja vida é narrada por meio da biografia. Assim, ao acreditar que sua vida é digna de exemplo e, portanto, de ser preservada pela escrita, o artista toma a si mesmo como modelo, deslocando o interesse da história pública para a história privada. Reorientação espiritual que começa a ser delineada no “amanhecer” da idade moderna juntamente com o fortalecimento da ascese cristã do exame de consciência, a qual se distingue da concepção disciplinar do ser (adesão a uma lei universal e transcendente, sem interesse pela vida interior) proposta pelas filosofias da Antiguidade Clássica.

Contudo, se o Cristianismo fez prevalecer uma nova antropologia, em que o destino de cada homem é visto como um diálogo constante com Deus, ele também transformou o exame de consciência em um processo sistemático e obrigatório, cujo resultado é sempre negativo. De acordó com Gusdorf:

Durante los siglos cristianos de la Edad Media occidental, el penitente, a imagen de San Agustín, no puede sino manifestarse culpable ante su Creador. El espejo teológico del alma cristiana es un

espejo deformante, que explota sin complacencia los menores defectos de la persona moral. La regla de humildad más elemental obliga al fiel a descubrir por todas partes las huellas del pecado. (1991, p.12).

Será necessário, então, unir as forças do Renascimento e da Reforma Protestante para lançar as bases de uma consciência cristã individual, liberta dos dogmas da Igreja e também da mediação entre homem e Deus imposta pelo Catolicismo. Desse modo, esses movimentos ao recusarem tais preceitos, rompem com a unidade do mundo antigo e dão a entender que Deus não está mais fora dos homens, mas dentro de cada um, sendo a procura daquele confundida com a busca de si mesmo.

A partir dessa passagem do sujeito divino para o sujeito humano, haverá o favorecimento para o surgimento de uma literatura do eu, cujas bases encontram-se no interesse do homem em ver-se tal como é, ou seja, desprovido de qualquer obediência doutrinal, perversão ou adulação. Todavia, importa destacar igualmente que a modernidade, ao romper com o mundo sagrado (natural e divino), institui uma visão antirreligiosa em que impera a razão objetiva das ciências e das leis. Visão esta na qual o indivíduo deixa de ser uma criatura feita por Deus à sua imagem, para ser apenas o que ele faz e produz, isto é, somente um trabalhador, um cidadão, cuja liberdade pessoal é cerceada pela lógica da mercadoria e do poder instituído em nome do bem comum.

Portanto, para Gusdorf, a autobiografia enquanto gênero é o fruto tardio de uma longa evolução das práticas religiosas, cujos resquícios permitem perceber a necessidade do homem moderno, dilacerado pelo mundo e pelas relações socioeconômicas, de recompor uma unidade perdida, em decorrência da supressão daquilo que o interligava com o sagrado. A busca desta unidade, a qual dá sentido a quase toda autobiografia, no entanto difere muito daquela união que antes o homem procurava com Deus. Isso porque essa forma de expressão espelha a própria fragmentação moderna do homem e a impossibilidade dele expressar-se tal como é, ou seja, de desvendar-se em palavras com total isenção e sinceridade. Assim, mesmo que o objetivo de toda autobiografia seja dar uma unidade à existência, sabe-se de antemão que tal empreendimento é ilusório e inalcançável.

2. Entre a autobiografia e a autoficção: a perda da ilusão biográfica?

Por conta do que foi exposto anteriormente, fica evidente que as escritas de si – dentre elas a autobiografia e a própria iminência da autoficção – não podem ser vistas de modo estanque ou desligado do processo histórico-social de formação e, posterior crise, da sociedade moderna e da categoria individualidade em seu seio. Nesse sentido, se a modernidade está fundada na afirmação do sujeito humano (subjativismo), isto é, na afirmação do homem interior, provido de uma consciência individual (“Penso, logo existo!”), tal tema enfraquece-se na medida em que permanece ligado a uma visão cristã, claramente oposta à ideia de progresso racional e, portanto, impessoal.

Dessa tensão decorre o triunfo da razão, da ciência, da técnica na sociedade moderna, em detrimento das concepções de sujeito, humanismo e liberdade, paradoxalmente defendidas por essa mesma sociedade. O mundo objetivo e racional irá sobrepor-se, assim, ao mundo da subjetividade, da afirmação de uma consciência individual liberta dos liames da Igreja e do Absolutismo. Movimento que levará no século XIX e princípios do XX ao eclipse quase completo da ideia de Sujeito e ao desprestígio dos textos considerados autobiográficos, pelo fato de apresentarem vestígios pessoais e factuais.

Esse preconceito, conforme destaca Philippe Lejeune, era generalizado quando ele decidiu estudar o assunto, em princípios da década de 70 do século passado, na França. Aspecto que pode ser verificado por meio do debate literário e filosófico então em voga quando o autor começa a publicar seus primeiros trabalhos: *L'autobiographie en France* (1971); e *Le pacte autobiographique* (1975). Tal debate, nessa época, girava em torno de questões relacionadas à experimentação formal na literatura (especialmente o Novo Romance Francês e sua recusa ao modelo realista)⁴ e à crítica do sujeito, envolvendo aspectos concernentes à autoria e à morte do autor, problematizadas por teóricos como Michel Foucault e Roland Barthes.

⁴ De acordo com Alain Robbe-Grillet, um dos principais escritores e teóricos do *Nouveau Roman*, o modelo realista visa “fazer com que aquilo que se escreve seja parecido com os esquemas pré-fabricados com que as pessoas estão habituadas, isto é, com a ideia já pronta que têm da realidade” (ROBBE-GRILLET, 1969, p.24). Noção, considerada por ele, como caduca, pois repousa sobre o fato de que a realidade é apreensível e o mundo explicável.

Em linhas gerais, a definição de autobiografia proposta pelo pesquisador – “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz da sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (2008, p.14) – longe de lançar novas questões para os estudos do gênero, consiste, como ele próprio declara, em uma compilação de definições já existentes.⁵

Portanto, o que distingue o trabalho de Lejeune em relação aos outros estudos acerca do tema reside na importância conferida ao pacto estabelecido entre autor e leitor, o qual ele denominará de pacto autobiográfico. Assim, o primeiro ato da autobiografia não seria o nascimento do autor, mas o nascimento do discurso, espécie de contrato de verdade “que determina[ria] o modo de leitura do texto e engendra[ria] os efeitos que, atribuídos ao texto, nos parecem defini-lo como autobiografia” (LEJEUNE, 2008, p.45). Palavra compreendida por ele tanto em seu sentido estrito – “um ‘relato de vida’ centrado na história da personalidade”⁶ (LEJEUNE, 1971, p.10) – quanto em seu sentido amplo – “toda forma de escritos em que se fala de si diretamente (tanto o diário íntimo ou as memórias como a autobiografia propriamente dita)” (p.10).⁷ Assim, para o estudioso, o pacto constituir-se-ia em traço definidor do gênero autobiográfico.⁸

O estabelecimento de tal contrato parte da indagação feita pelo pesquisador ao tentar diferenciar ficção de autobiografia:

⁵ Philippe Lejeune (2008) esclarece que nessa definição entram em jogo elementos pertencentes a quatro categorias diferentes, as quais a autobiografia deve obedecer para ser considerada como tal em oposição a outras formas pertencentes ao gênero, como as memórias, o autorretrato, a biografia, o diário íntimo e o romance. São elas: “1) Forma da Linguagem: a) narrativa; b) em prosa; 2) Assunto tratado: vida individual, história de uma personalidade; 3) Situação do autor: identidade do autor (cujo nome remete a uma pessoa real) e do narrador; 4) Posição do narrador: a) identidade do narrador e da personagem principal; b) perspectiva retrospectiva da narrativa” (p.14).

⁶ Tradução nossa. No original: “*um ‘récit de vie’ centré sur l’histoire de la personnalité*”.

⁷ Tradução nossa. No original: “*toute forme d’écrits où l’on parle de soi directement (aussi bien le journal intime ou les mémoires que l’autobiographie proprement dite), ou même tout écrit dans lequel le lecteur suppose que l’auteur transpose son expérience personnelle*”.

⁸ A compreensão da autobiografia enquanto gênero literário não é consenso entre os estudiosos da área. Isso se deve a própria dificuldade em estabelecer traços distintivos para um conjunto muito variável de livros pertencentes a essa categoria. Mesmo os critérios propostos por Lejeune, como o estabelecimento do pacto autobiográfico e a identidade nominal entre autor, narrador e personagem, foram e continuam sendo questionados e refutados por uma gama de livros supostamente pertencentes ao gênero. Nesse sentido, diante da impossibilidade de construir um modelo teórico que abarque o conjunto de textos efetivamente produzidos, muitos pesquisadores preferem a utilização de termos mais flexíveis e amplos como “narrativa de vida”, “escritas do eu”, “escritas de si”, “relatos de vida”, dentre outros.

Como distinguir a autobiografia do romance autobiográfico? Tenho que confessar que, se nos ativermos à análise interna do texto, não há *nenhuma diferença*. Todos os procedimentos que a autobiografia utiliza para nos convencer da autenticidade do relato podem ser – e muitas vezes o foram – imitados pelo romance (LEJEUNE, 2008, p.26, grifos do autor).

A partir disso, Lejeune constata que a diferença entre os dois tipos de textos não se encontrava na forma, mas poderia ser instaurada por meio da afirmação, no texto, da identidade do nome entre autor-narrador-personagem principal. Identidade esta que remete, em última instância, ao nome do autor, escrito na capa do livro. Conforme ele próprio esclarece em entrevista concedida à professora Jovita Maria G. Noronha:

Em 1971, eu quis fazer um quadro geral da autobiografia francesa, o que nunca havia sido feito. Para isso, precisava de uma definição. Fiquei espantado ao constatar que o *texto* autobiográfico e o texto ficcional podiam obedecer às mesmas leis. A diferença entre eles não estava no próprio texto, mas no que Gérard Genette chamou de paratexto, no compromisso do autor com o leitor em dizer a verdade sobre si mesmo. É completamente diferente do compromisso que se tem na ficção – que antes é um *descompromisso*, a instauração de um jogo, de um distanciamento (NORONHA, 2009, p.22, grifos do autor).

Todavia, será que a simples homonímia entre o nome do narrador-personagem, no interior do livro, e o nome do autor, na capa, permitiria afirmar o compromisso que este último assume em “dizer a verdade sobre si mesmo” para o leitor? Residiria tão somente no nome próprio tal intenção de sinceridade? E por meio deste intuito seria possível distinguir a autobiografia do romance? Ou ainda, de qual verdade estar-se-ia tratando nesse caso, de uma suposta verdade referencial, passível de ser verificada por meio de índices externos à obra, ou de uma verdade íntima, particular ao autor?

Essas são questões que o próprio Lejeune se propõe, como também reformula, ao longo dos seus estudos acerca da autobiografia. Assim, se num primeiro momento (*O pacto autobiográfico*, 1975), o pesquisador distingue a biografia e a autobiografia das demais formas de ficção e as aproxima do discurso

científico ou histórico exatamente porque as considera como textos referenciais, isto é, como textos que remetem a uma realidade exterior, passível de ser submetida a uma prova de verificação, e cujo objetivo não é ser verossímil, mas semelhante ao real. Em um momento posterior (*Je est um autre. L'autobiographie de l'altérité*, 1980), ele reconhece que o discurso autobiográfico, por se constituir a partir da memória, escapa de qualquer possibilidade de verificação exterior. E conclui que a validade referencial do texto autobiográfico não se dá por meio da comprovação do que é narrado, mas da intenção de dizer a verdade sobre a própria vida. Fato que aproxima a autobiografia mais e mais da ficção ao eleger a ideia de “verdade interior” em detrimento do aspecto documental.

Aliado a essa questão da verdade referencial, muitos outros pontos sensíveis da proposta apresentada em *O pacto autobiográfico* foram repensados e reformulados pelo autor. Assim, ele retoma a definição de autobiografia e questiona-se acerca de seu caráter normativo e fechado; bem como reflete sobre o caráter dogmático implicado em relação à identidade, percebida inicialmente de forma absoluta, sem graus ou ambiguidades: “Uma identidade existe, ou não existe. Não há gradação possível e toda e qualquer dúvida leva a uma conclusão negativa” (LEJEUNE, 2008, p.15). Da mesma forma, admite que em relação ao pacto tem-se a impressão de um acordo assinado entre ambas às partes, mas se sabe que o leitor real pode adotar modos de leitura diferentes do que lhe é sugerido, ou ainda, muitos textos podem não apresentar nenhum contrato explícito.

Assim, frente à multiplicidade de escritos autobiográficos e suas possíveis leituras, pode-se dizer que a construção teórica do pacto deixa lacunas e pontos de imprecisão. Dentre essas, uma em especial se destaca: a “casa cega” de um dos seus quadros explicativos, o qual combina o emprego do nome próprio e o pacto estabelecido pelo escritor:

Nome da personagem	≠ nome do autor	= 0	= nome do autor
Pacto			
Romanesco	1a romance	2a romance	
= 0	1b romance	2b indeterminado	3a autobiografia
Autobiográfico		2c autobiografia	3b autobiografia

Quadro 1 – Relação Nome da personagem e Pacto estabelecido (LEJEUNE, 2008, p.28)

De acordo com Lejeune, a partir da relação entre o nome da personagem e o nome do autor, aliada à natureza do pacto firmado, pode-se classificar todos os casos possíveis de narrativas autodiegéticas. No entanto, ele deixa vazios os espaços destinados à combinação entre a identidade do nome (nome da personagem = nome do autor) e o pacto romanesco, e a diferença do nome e o pacto autobiográfico, afirmando desconhecer a possibilidade de tal coexistência.

Em resposta a essas afirmações, o escritor Serge Doubrovsky preferiu inverter maquiavelmente⁹ o compromisso estabelecido pela identidade entre autor, narrador e personagem ao criar um romance, *Fils* (1977), que alia o pacto romanesco e o emprego do próprio nome. Experiência literária denominada por ele pelo termo autoficção: “uma variante *pós-moderna* da autobiografia na medida em que ela não acredita mais numa verdade literal, numa referência indubitável, num discurso histórico coerente e se sabe reconstrução arbitrária e literária de fragmentos esparsos de memória” (*apud* VILAIN, 2005, p.212).¹⁰

O escritor nega o pacto referencial proposto por Lejeune e afirma a impossibilidade de uma escrita autobiográfica que apresente um sujeito pleno, absoluto, alguém que quando diz “eu” é realmente ele que fala. Sua proposta atém-se na ambivalência do sujeito e na mobilidade do vivido, entrelaçando os gêneros referencial e ficcional, realidade e imaginação. Portanto, tal conceito torna ainda mais indefinidas as categorias de ficção e autobiografia, pois alia de maneira paradoxal, numa mesma palavra, duas formas de escrita que deveriam, em princípio, se excluir.

Para Doubrovsky, além da necessidade de ler o texto como um romance do tempo presente e não como recapitulação histórica, outro aspecto importante dos escritos autoficcionais refere-se à linguagem e ao papel desempenhado pelos espaços em branco, os quais quebram a continuidade discursiva e demonstram que a construção gramatical tradicional não é mais possível. Na sua acepção, nesse tipo de narrativa a “ficção é confirmada pela própria escrita que se inventa como mimese,

⁹ Philippe Lejeune em “O pacto autobiográfico (bis)” refere-se ao livro *Fils*, de Doubrovsky, como “exemplo maquiavélico” (2008, p.59) da possibilidade de uma narrativa preencher uma das casas cegas do seu quadro, aliando o nome do autor e da personagem a um pacto romanesco.

¹⁰ Tradução nossa, No original: “une variante ‘post-moderne’ de l’autobiographie, dans la mesure où elle ne croit plus à une vérité littérale, à une référence indubitable, à un discours historique cohérent, et se sait reconstruction arbitraire et littéraire des fragments épars de mémoire”.

na qual a abolição de toda e qualquer sintaxe substitui, por fragmentos de frases, entrecortadas de vazios, a ordem da narração autobiográfica” (DOUBROVSKY, 2014, p.116).

Assim, fazer autoficção não significa apenas narrar o desenrolar dos fatos, mas antes deformá-los, reformá-los por meio de artifícios. Nesse sentido, essa forma de escrita pressupõe maior liberdade de criação, pois, aliado aos espaços em branco, o narrador pode escolher um determinado recorte ou recortes, os quais demonstram que a noção de unidade do sujeito legada pelo individualismo, assim como a própria realidade, não passam de construções arbitrárias.

Aliado a isso, Serge Doubrovsky irá destacar, na esteira de Philippe Lejeune, alguns aspectos necessários para que uma narrativa seja considerada autoficcional, como a homonímia entre autor-narrador-personagem principal e o paratexto romance na capa do livro. Defende também outra forma de pacto com o leitor, o pacto oximórico, que permite ao autor escrever sem as limitações impostas pela autobiografia e sua ilusão de autenticidade, devido à maneira estritamente ficcional com que a matéria narrativa é elaborada.

Com base nessas afirmações, pode-se compreender a autoficção como uma forma de escrita estreitamente relacionada à crise do projeto moderno e à denúncia de suas ilusões, dentre as quais se destacam a virtude da individualidade e da sinceridade. Nesse sentido, se no auge da modernidade pensou-se que o sujeito era capaz de narrar a totalidade de sua vida com isenção e de forma coerente, à medida que os ideais modernos começam a se decompor, no final do século XIX, tal crença é paulatinamente problematizada. Conforme esclarece Manuel Alberca ao relacionar o conceito de autoficção à crise do contrato mimético:

Las autoficciones dan cuenta de la ruptura del contrato mimético en el terreno más comprometido, el de la supuesta transparencia referencial y en el de la evidencia autobiográfica, pues al irrumpir “lo real” en el terreno de la invención (y vice-versa) y el autor-sujeto de la escritura en el campo de la literalidad se alteran los esquemas receptivos y contractuales de la lectura novelesca o autobiográfica (ALBERCA, 2005-2006, s/p).

Desse modo, para Alberca, ainda que tais narrativas possuam uma aparência realista, em sua essência questionam e subvertem os princípios miméticos ao

introduzir elementos fictícios em um relato autobiográfico e a figura do autor na ficção. Logo, elas colocam em evidência a concepção mesma de individualidade moderna e, conseqüentemente, a ideia tanto de uma identidade constante da personalidade quanto da escrita de si como confissão da verdade, documento de uma vida.

Costa Lima irá igualmente questionar tais postulados. Segundo o autor:

[...] a autobiografia não pode ser tomada como um documento histórico, pois é apenas o testemunho do modo como alguém se via a si mesmo, de como formulava a crença de que era o *outro* que atendia pelo nome de *eu* – um outro sem dúvida aparentado ao eu que agora escreve, com reações semelhantes e uma história idêntica, mas sempre um outro, a viver sob a **ilusão da unidade**. (1986, p.294 – grifo nosso).

Essa ilusão da unidade, que Pierre Bourdieu (2006) chamará de ilusão biográfica, está relacionada ao postulado da aceitação da vida como uma história dotada de sentido e ao relato de vida dessa história. Nessa perspectiva, o “empreendimento biográfico” origina-se da necessidade de dar sentido e coerência a estados sucessivos de uma existência, “sem outro vínculo que não a associação a um ‘sujeito’ cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio” (BORDIEU, 2006, p.189).

Portanto, se o nome próprio apenas encobre, sob a aparência de algo que permanece sempre idêntico, a existência de um sujeito múltiplo e fracionado, como a homonímia perfeita entre autor-narrador-personagem principal ainda é reivindicada de forma incontestada por aqueles que defendem e praticam a escrita autoficcional? Como a autoficção, diretamente relacionada à crise do sujeito moderno e à denúncia de suas ilusões, pode basear-se tão somente em um aspecto que ela mesma problematiza?

Contradição que, em nossa opinião, ocorre porque a crítica autoficcional acaba incorporando ao seu discurso balizas próprias do modelo autobiográfico tradicional. Desse modo, ela termina por enredar-se em uma circularidade teórica que não aponta para perspectivas inovadoras e realmente profícuas, capazes de dar conta das dificuldades de representação de um “eu” cada vez mais descentrado, fragmentado e múltiplo.

3. À guisa de conclusão

Com base nas questões pontuadas anteriormente consideramos que, para o conceito deixar de ser somente uma “palavra-valise” (LEJEUNE, 2008, p.81), capaz de comportar de forma indiscriminada uma multiplicidade de textos e formas literárias, ele deve ser redefinido de acordo com sua inserção em um momento específico da nossa história sociocultural. Para Leonor Arfuch esse momento, do fim da modernidade e advento da pós-modernidade (vista não apenas como dissolução generalizada da modernidade, mas como hibridização), está relacionado ao “*fracaso (total o parcial) de los ideales de la ilustración, las utopías del universalismo, la razón, el saber y la igualdad, esa espiral ininterrumpida y ascendente del progreso humano*” (2007, p.18). O que resultará em:

[...] la crisis de los grandes relatos legitimantes, la pérdida de certezas y fundamentos (de la ciencia, la filosofía, el arte, la política), el decisivo descentramiento del sujeto y, coextensivamente, la valorización de los “microrrelatos”, el desplazamiento del punto de mira omnisciente y ordenador en beneficio de la pluralidad de voces, la hibridación, la mezcla irreverente de cánones, retóricas, paradigmas y estilos (ARFUCH, 2007, p.18).

Frente a esse cenário, marcado pelo fim das grandes narrativas legitimantes e da dissolução da ideia mesma de comunidade, irrompe uma miríade de novas subjetividades, muitas vezes compreendidas tão somente como autocontemplação narcisista. Nesse contexto, importa notar que o sujeito retorna com toda sua força expressiva, fazendo renascer o autor (morto pelos correntes estruturalistas na década de 1960) e o próprio real (FOSTER, 2014).

Todavia, ele não retorna o mesmo sujeito idealizado que fora construído pela sociedade moderna, mas um sujeito em constante devir, cuja “identidade” encontra-se em formação por meio de distintas identificações e confrontos com a alteridade: seja por meio do apelo ao outro que habita em nós (inconsciente), seja ao outro cultural (diferença).

Portanto, pensar as escritas de si na contemporaneidade perpassa pela questão de pensar igualmente nesse sujeito outro, o qual, como esclarece Arfuch,

ao se enunciar "*desde una absoluta particularidad, busca ya, al hacerlo, la réplica y la identificación con los otros, aquellos con quienes comparte el habitus social – etnia, clan, parentela, nacionalidad*" (2007, p.43). Nesse sentido, a autoficção não pode ser compreendida somente como "uma variante pós-moderna da autobiografia", mas, sobretudo, como uma forma de escrita que problematiza esse modelo narrativo ao colocar em evidência um sujeito constitutivamente incompleto, bem como uma série de questionamentos e dúvidas que permeiam a sua existência, principalmente desde a segunda metade do século XX.

REFERÊNCIAS

ALBERCA, Manuel. ¿Existe La autoficción hispano-americana? In: **Cuadernos del Cilha**, nº 7/8, 2005-2006. Disponível em: <http://bdigital.uncu.edu.ar/objetos_digitales/1095/albercacilha78.pdf> Acesso em: 30 set. 2015.

ARFUCH, Leonor. **El espacio biográfico**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

BORDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.183-191.

COSTA LIMA, Luiz. Júbilos e misérias do pequeno eu. In: _____. **Sociedade e discurso ficcional**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

DOUBROVSKY, Serge. O último eu. In: NORONHA, Jovita Maria Gerheim (Org.). **Ensaio sobre a autoficção**. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

FOSTER, Hal. **O retorno do real**: a vanguarda no final do século XX. Trad. Célia Euvaldo. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: **Ditos e escritos V**. Trad.: Elisa Monteiro e Inês D. Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GUSDORF, Georges. Condiciones y límites de la autobiografía. In: **Anthropos**, Barcelona, nº 29, p.9-18, dezembro 1991.

LEJEUNE, Philippe. **L'autobiographie en France**. Paris: Armand Colin, 1971.

_____. **O pacto autobiográfico**:de Rousseau à Internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ROBBE-GRILLET, Alain. **Por um novo romance francês**. São Paulo: Nova Crítica, 1969.

VILAIN, Philippe. **Défense de Narcisse**. Paris: Bernard Grasset, 2005.